



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXVII - N.º 14

QUARTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 1972

BRASÍLIA - DF

## CONGRESSO NACIONAL

### PARECER N.º 13, de 1972 (CN)

Da Comissão Mista sobre a Mensagem n.º 13, de 1972 (CN) (Mensagem n.º 16, de 1972, na origem) do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.205, de 31 de janeiro de 1972, que "institui normas para utilização dos créditos orçamentários e adicionais e dá outras providências".

**Relator: Senador Benedito Ferreira**  
1. Nos termos do § 1.º do art. 55 da Constituição, o Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.205, de 1972, que institui normas para utilização de créditos orçamentários e adicionais e dá outras providências.

2. Em resumo, a proposição visa a atualizar a execução da despesa pública e dar o alcance pretendido ao Decreto-lei n.º 96 de 1966 que estabelece (art. 1.º) que a utilização de recursos constantes do Orçamento-Geral da União e de créditos adicionais far-se-á através do Banco do Brasil S/A, "mediante cotas fixadas trimestralmente, pelo Ministro da Fazenda, segundo proposição da Comissão de Programação Financeira".

3. A principal inovação do Decreto-lei, ora em exame, situa-se no processo de fixação das aludidas cotas concedidas às unidades orçamentárias, na medida em que a Comissão de Programação Financeira expedirá, diretamente ao Banco do Brasil S/A, a ordem de utilização dos recursos.

4. Na exposição de motivos que instrui a iniciativa presidencial, os Ministros da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral salientam:

"Busca-se manter o procedimento preconizado no citado Decreto-lei n.º 96, corrigindo distorções

posteriores, oriundas da execução orçamentária em curso.

O "caput" do artigo 1.º, e seus §§ 1.º e 2.º, estabelece o critério das cotas globais com crédito periódico aos órgãos e Ministérios, para o pagamento da despesa fixada no Orçamento da União e em créditos adicionais.

Consideram-se os recursos fixados nestas cotas como incorporados à conta do Tesouro Nacional no Banco do Brasil S/A, até que as unidades beneficiadas os utilizem em seus pagamentos, excluindo-se deste tratamento as transferências de recursos para crédito das entidades da administração indireta.

É vedado, no artigo 4.º, o crédito de recursos de outras origens nas contas relativas a cotas, repasses e sub-repasses, podendo, entretanto, a elas retornarem, no decorrer do próprio exercício financeiro, saldos de recursos não utilizados na execução orçamentária vigente.

De outra parte, o Decreto-lei n.º 96 determinou que as posições deficitárias oriundas do balançoamento das contas do Tesouro junto ao Banco do Brasil S/A fosse transferida ao Banco Central do Brasil para posterior regularização.

O projeto anexo estatui que, do mesmo modo, as posições superavitárias serão transferidas para crédito em conta corrente junto ao Banco Central do Brasil até o montante das transferências relativas aos déficits, promovendo-se, então, a regularização pelo valor líquido apurado em final de exercício.

Finalmente, cumpre ressaltar a Vossa Excelência que o Banco do

Brasil S.A. não cobrará juros do Tesouro Nacional sobre suas posições devedoras ou credoras, apuradas na forma do projeto de Decreto-lei em tela".

5. A leitura da proposição, que se compõe de sete (7) artigos ressalta a sua importância e conveniência, não somente quanto aos objetivos específicos colimados, mas, sobretudo, quando se revela um aperfeiçoamento da execução orçamentária, a principal variável instrumental do PND — Plano Nacional de Desenvolvimento.

E isso porquanto entendemos que o projeto atende objetivamente aos princípios de planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle.

Não obstante esses aspectos administrativos, a proposição atende, também, à função da política orçamentária que, em um Estado moderno, como se sabe, está subordinada a outras necessidades, que não apenas aquelas advindas da concepção tradicional, motivo por que tem de ser permanentemente aperfeiçoada a execução de planos e programas, a fim de que os objetivos atuais e permanentes da Nação possam ser alcançados a curto prazo.

Dessarte, sendo a matéria relevante e urgente, e nada havendo a oponer ao referido Decreto-lei, opinamos pela sua aprovação, na forma seguinte

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 12, DE 1972 (CN)

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.205, de 31 de janeiro de 1972.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.205, de 31 de janeiro de 1972, que "institui normas para utilização dos créditos orçamen-

**EXPEDIENTE**  
**SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**EVANDRO MENDES VIANA**  
Diretor-Geral do Senado Federal

**ARNALDO GOMES**  
Superintendente

**PAULO AURÉLIO QUINTELLA**  
Chefe da Divisão Administrativa

**ÉLIO BUANI**  
Chefe da Divisão Industrial

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

|                        |   |
|------------------------|---|
| <b>Via Superfície:</b> | Semestre ..... Cr\$ 20,00<br>Ano ..... Cr\$ 40,00 |
| <b>Via Aérea:</b>      | Semestre ..... Cr\$ 40,00<br>Ano ..... Cr\$ 80,00 |

(O preço do exemplar atrasado será acrescido  
de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

tários e adicionais e dá outras provisões".

É o parecer.

Sala das Comissões, 24 de abril de 1972. — **Janduhy Carneiro**, Presidente em exercício — **Benedito Ferreira**, Relator — **Tarso Dutra** — **José Haddad** — **Lourival Baptista** — **Fausto Castello-Branco** — **Ary Alcântara** — **Ricardo Fiúza** — **Américo de Souza** — **Mattos Leão** — **Danton Jobim** — **João Cleofas** — **Lopo Coelho** — **Eurico Rezende**.

**ATA DA 15.ª SESSÃO CONJUNTA  
EM 25 DE ABRIL DE 1972**

**2.ª Sessão Legislativa Ordinária  
da 7.ª Legislatura**

SESSÃO SOLENE DESTINADA A RECEBER  
A VISITA DE SUA EXCELENCIA O SENHOR ALMIRANTE AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ, PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA.

**PRESIDÊNCIA DO SR. PETRÔNIO  
PORTELLA**

As 16 horas e 45 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:  
Adalberto Sena — José Guiomard — Geraldo Mesquita — Flávio Brito — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Petrólio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas —

Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnaldo de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emíval Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

**Acre**

Joaquim Macêdo — ARENA; Nossa Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

**Amazonas**

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinícius Câmara — ARENA.

**Pará**

Américo Brasil — ARENA; Édison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Stélio Maroja — ARENA.

**Maranhão**

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA; Pires Saboia — ARENA.

**Piauí**

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA; Severo Eulálio — MDB.

**Ceará**

Alvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marçilio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Hildebrando Guimarães — ARENA; Jânio Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Ozires Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA.

**Rio Grande do Norte**

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

**Paraíba**

Alvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Petrólio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

**Pernambuco**

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Etielvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Ricardo Flúza — ARENA; Thales Ramalho — MDB.

## Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

## Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rolemberg — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA; Passos Pôrto — ARENA.

## Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo Flóres — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Nacy Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Régo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

## Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu Cardoso — MDB; Elcio Álvares — ARENA; José Carlos Fonseca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

## Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira; Alberto Lavinas — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brigido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Mário Paes — ARENA; Moacir Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

## Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Lopo Coelho — ARENA; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Rubens Berardo — MDB; Rubem Medina — MDB; Waldemiro Teixeira — MDB.

## Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Edgard Pereira —

ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonseca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Baradó — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coelho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio de Abreu — MDB; Sival Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

## São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Arthur Fonseca — ARENA; Athiê Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Baptista Ramos — ARENA; Cantidio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Dias Mezenez — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildeílio Martins — ARENA; João Arruada — MDB; José Camargo — MDB; Mário Telles — ARENA; Mauricio Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Alberto — ARENA; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Silvio Lopes — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

## Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasílio Caíado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

## Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; João da Câmara — ARENA; Marciilio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

## Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Arinaldo Ribas — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arthur Santos —

ARENA; Emílio Gomes — ARENA; Fernando Gama — MDB; Ferreira do Amaral — ARENA; Flávio Giovine — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Maia Netto — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Silvio Barros — MDB; Túlio Vargas — ARENA; Zacharias Seleme — ARENA.

## Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

## Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Ary Alcântara — ARENA; Arlindo Kunzler — ARENA; Arnaldo Prieto — ARENA; Celio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Sival Guazelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Issler — MDB.

## Amapá

Antônio Pontes — MDB.

## Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

## Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

*Compõem a Mesa, à esquerda da Sr. Presidente Petrônio Portella, o Sr. Deputado Pereira Lopes, Presidente da Câmara dos Deputados e os Srs. Senadores Clodomir Milet Duarte Filho, respectivamente, 2º, 4º Secretários; à direita, os Srs. Senadores Ney Braga e Guido Mondin respectivamente, 1º e 3º Secretários.*

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Declaro aberta a sessão, que se destina a receber S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Presidente Américo Thomaz.

Designo os Srs. Líderes das duas Casas do Congresso e os Srs. Presidentes das Comissões de Relações Exteriores para introduzir S. Ex.<sup>a</sup> no recinto. (Pausa.)

*Acompanhado da Comissão designada, dá entrada no plenário o Senhor Presidente Américo Thomaz, que é recebido sob calorosos aplausos, tomando assento à Mesa à direita do Senhor Presidente Petrônio Portella. Neste momento são executados os Hinos Nacionais de Portugal e do Brasil, ouvido de pé por todos os presentes.*

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Sr. Presidente Américo Thomaz, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Srs. Membros da Comitiva do Governo Português, Srs. Ministros, Sr. Governador do Distrito Federal, Srs. Membros de Corpo Diplomático, demais autoridades civis, militares e eclesiásticas, minhas Senhoras, meus Senhores, neste ano celebramos, com justificada euforia, o Sesquicentenário de nossa independência política e proclamamo-nos, com humildade, longe do orgulho que esconde, não raro, em si a nota de debilidade ou fraqueza, uma Pátria digna dos seus patronos ilustres.

Eis por que, a bem dizer, não vemos em V. Ex.<sup>a</sup>, apenas, o hóspede preeminente, mas o amigo que chega ou o irmão que regressa, trazendo-nos um presente régio.

Esta terra também é sua, Senhor Presidente; (palmas.) sua, a religião do nosso culto; seu, o idioma de cem milhões de brasileiros; sua, a raça sem preconceitos; seu, o Rei e nosso Imperador; sua, a Nação que, comovida, aplaude V. Ex.<sup>a</sup>, por seus representantes. (Palmas.)

Antes da lei, e por ela, somos uma comunidade. Portugueses e brasileiros damos ao Mundo, num aperto de mão, o grande exemplo de entendimento, compreensão, concórdia, a mizade, guardando, cada um, a personalidade, mas exaltando, agora e para sempre, os vínculos perenes que nasceram da epopeia de Cabral, afirmaram-se no idealismo arrebatado de Pedro I e, hoje, têm na presença de V. Ex.<sup>a</sup>, que é a melhor das homenagens, a continuidade honrosa e fecunda.

Faz 472 anos desde que aqui veio o lusitano plantar a Cruz e ante ela rezar ao Todo-Poderoso, sob cujas bênçãos lutou e preparou os alicerces desta Nação.

Desentendimentos, sim, houve, negar por quê? Divergências, desencontros, até embates tivemos. A História assinala, sobretudo, que as crises entre o que nascia para a vida adulta e sofria as resistências da Pátria-mãe alimentavam-se na mesma fonte de onde emanavam os mais nobres sentimentos, mas gera, também, entrechoques, tantas vezes, ásperos, no seio da família: o filho, grato às origens pelo que é, pretende, todavia, afirmar-se, consciente dos deveres perante a vida,

e querendo, na plenitude, fruir-la, liberto e responsável.

Dom João VI fez desta terra o remano feliz contra a adversidade política da Metrópole. Abriu-nos os portos ao intercâmbio internacional e, em regressando à Pátria, deixou-nos o Primogénito. Vislumbraram-se, assim, os primeiros clarões da Independência, nesse tocante gesto de amor.

E foi o lusitano, bravo e ousado, mas desambicioso e romântico, que solenizou nossa emancipação e proclamou-se Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil. (Palmas.)

A História, que registrou, em toda a sua nobreza, a renúncia a dois tronos de Pedro I, registrará o emocionante encontro do ontem com o hoje. É o preclaro Presidente Américo Thomaz, (palmas) na visita honrosa e desvanecedora, que vem, século e meio após, entregar ao nosso culto os restos mortais do herói e celebrar conosco as glórias de quem libertou, aqui, uma Nação e, no além-mar, um trono.

Senhor Presidente:

O ato solene de que foi Pedro I o artífice tem sua continuidade no trabalho diuturno de todos os brasileiros. "A Independência não foi o grande ato do passado morto, mas que acontece todo dia no dever cumprido de cada um".

Que seja de V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Presidente, o testemunho mais conspícuo, o que mais nos desvanece e cativa, neste Sesquicentenário: o Grito do Ipiranga de 1822 ainda é o brado que empolga os brasileiros, no ano de graça de 1972. Unidos no trabalho, identificados na fé, construimos, cada dia, uma Pátria que se conserva fiel ao gesto do seu Primeiro Imperador.

Este agosto plenário se abre para receber V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Presidente.

Nós, os representantes do povo brasileiro, aclamamos duas Pátrias unidas, não obstante o oceano, por compromissos, afinidade, solidariedade e — diria melhor — pela posição genuflexa ante os valores eternos simbolizados na Cruz. (Palmas prolongadas.)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Para falar em nome do Senado Federal, concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon. (Palmas.)

**O SR. JOÃO CALMON** — (Lê o seguinte discurso.) Sr. Presidente de Portugal, Almirante Américo Thomaz, Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Petrônio Portella, minhas Senhoras, meus Senhores, Portugal principia na noite dos séculos, com os iberos, os celtas. Delineia-se com os romanos e se enriquece com os visigodos, e vem, através dos tempos,

sendo feito de valor da raça humana, de culturas sedimentando-se, tomando por exemplo aos sarracenos suas colunatas, para refazê-las na beleza solene e leve do manuelino, estilo que na pedra simboliza a vocação portuguesa para pôr, de mistura, homens, raças e culturas. (Palmas.)

Portugal principia na noite dos séculos. E o Brasil, esse continuou Portugal em suas virtudes e instituições fundamentais, na estrutura e no sentimento da família e da propriedade, bem como no espírito de aventura, para o tempo e para o espaço. As correrias dos mares, transferidas, no Brasil, viraram obra de bandeirante. Borba Gato ou País Leme, qualquer destes brutos dos trópicos e da marinha, afigura-se-me ser Vasco da Gama desembarcado.

A história do Brasil, a mais profunda história da Nação brasileira, assim entendida em suas instituições e em seu caráter, começa em Portugal e na África, principalmente em Portugal. E a nossa, a Pátria brasileira terminou por ser esta terra com história singular, aquela terra que foi delimitada antes de sequer visitada, de sequer descoberta. As Bulas do Papa, a Etis Suscepti, que deu ao grão-mestre da Ordem de Cristo, ao Infante Dom Henrique, poderes sobre terras ainda por descobrir, quando desprendesse naus do seu promontório de sonhos, em Sagres — e a Inter Coetera que garantiu aos portugueses certas terras descobertas ou por descobrir, são Bulas de 1442 e 1493. E nesta última, três anos antes da descoberta, consta a cláusula famosa, aquela que marcou fronteiras de terras ainda não achadas. Assim a história do Brasil começa em Portugal, e até a do seu território físico principiou antes de o Brasil ser descoberto.

Suponho, pois, que se devam recolher significados de designios, nesta proto-história, porque os sucessos dos séculos adiante passaram a confirmar o destino da proximidade e da identificação, a vocação profunda para o enlace íntimo dos dois Povos, ainda que guardadas as soberanias com a separação. Assinalo que enquanto na América inglesa, francesa ou espanhola, houve ordem jurídica adequada das colônias, e só delas, na América portuguesa, ao contrário, o mesmo direito da Metrópole era o Direito Civil, Penal, Comercial da Colônia, contido nos mesmos livros irmanadores das Ordenações, das Cartas Régias e dos Códigos, postos a reger de igual modo, uma e outra banda da gente luso-brasileira, desde os começos.

E não só os grandes traços coletivos, como sejam as instituições e a lei, através dos séculos, marcaram a vocação de Brasil e Portugal para a

identidade. Também ocorreu a permuta de homens, para a composição da galeria de seus heróis. Seja o brasileiro Alexandre de Gusmão, feito Secretário privado do Rei mas nascido em Santos, encharcado de amor à América portuguesa mas mentor e conselheiro para assuntos exteriores de El-Rei Dom João V, esse admirável Alexandre de Gusmão, negociador do Tratado de Madrid, o brasileiro que, desde então, assentou em documento diplomático o princípio jurídico que viria a ser norteador de toda a história territorial de todos os Estados americanos — o *uti possidetis* —, e que foi, ainda, o precursor genial do pan-americanismo, quando apartou os negócios europeus dos seus reflexos nas colônias, irmmando-as, com inspiração de gênio, para o seu destino continental. (Palmas.)

E ainda, quanto a brasileiros que surpreendo fazendo História em Portugal, que eu assinale no instante emocionante em que aqui desembarcam, para sempre, os restos de D. Pedro I, que o nosso grande José Bonifácio de Andrada, regressando da Suécia e estava em Portugal, mas vendo o Estado em guerra com a França, e invadido por Junot, lá se deixou ficar. De arma em punho, herói nacional português, foi capitão em posto de comando de combates desesperados, antes de regressar ao Brasil — esse admirável sábio e estadista que foi José Bonifácio, que falta na galeria universal dos enciclopedistas. E só depois veio ele a se ocupar, junto ao trono português para aqui removido, com os episódios da implantação dos dois Reinos, que eram destinados, por aquela geração, a uma presença unida e sob uma só coroa. E ao fim, desiludido, tendo sido herói guerreiro português contra os franceses, transformou-se no Patriarca da Independência nacional brasileira, patrono de nossas casas parlamentares.

Mas não só brasileiros foram a Portugal participar da sua História. Aqui no Brasil, o português Silvestre Pinheiro Ferreira, válido da Corte, dentro do quadro das agitações do Porto em 1820, e vendo que o Príncipe D. João relutava em voltar a Lisboa, propôs a elevação do Brasil a Império, com D.ª Maria feita Imperatriz do Brasil e Rainha de Portugal e aqui ficasse o Príncipe D. João com a regência do Brasil e domínios de Ásia e África, e que para Lisboa partisse o neto, este nosso amado herói que veio a ser D. Pedro IV dos portugueses, a reinar Portugal, Açores e Madeira. Esse Silvestre Pinheiro Ferreira é o pioneiro genial da ideia da comunidade luso-brasileira, um português que propunha para o Brasil as honrarias de Império e a permanência efetiva, aqui, de D. João. E do próprio D. João VI, admirável estadista

que, com sua visão dos dois Reinos Unidos que instituiu, e tornou presente no Congresso de Viena, antecipou-se ao gênio inglês com sua Commonwealth, desse D. João VI injustiçado pelos contemporâneos em Portugal e no Brasil, devo dizer que tal Rei de Portugal é herói brasileiro, fundador do Estado do Brasil, inaugurador da mundialização de nossa economia. Imperador honorário do Brasil, atento e presente, seja no traçar as linhas gerais do seu duplo reino, seja na sua preciosa coleção de gravuras renascentistas, na constituição de uma esquadra ou nos trabalhos da guerra europeia, que foi trazida às nossas fronteiras, ao norte e ao sul. E aqui também o povo, a massa popular brasileira e a tropa, todo ele uniu-se para fazer história portuguesa. Foi quando saiu as ruas, cercou o Paço — e exigiu de D. João VI que jurasse, ainda em solo brasileiro, a primeira Constituição para a terra e a gente de Portugal, assim nascida nas ruas, da população da cidade do Rio de Janeiro, liderada pelos comerciantes da praça, com a turba em alvoroco por idéias libertárias, irmada com a tropa.

Veio sendo assim, através dos séculos. Heróis e povos de um e de outro Estado permudaram episódios e atitudes em proveito mútuo.

Desta galeria de fatos e personalidades de duas nacionalidades interpenetrando-se, a geração atual de ambas as Pátrias se pôs a tirar conclusões consequentes.

Das massas populares aos mais altos líderes, a consciência de que chegou a hora da implantação, em termos objetivos, da Comunidade luso-brasileira, empolgou a inspiração dos atos mais significativos.

Ela, a Comunidade luso-brasileira, é expressão singular no cenário atual da sociedade de Estados. Vemos que se formam por ai estruturas de poder entre outros Estados, que são decididas pelas cúpulas e envolvem as soberanias, comprometendo a ordem interna, tal como espalhadamente, sob a pressão compulsiva de fatores irresistíveis, surge certo gênero de uniões de Estados. Mas no quadro de portugueses e brasileiros, as linhas nos vêm do passado e nascem das populações nacionais.

Não têm origem nas cúpulas do Poder mas no querer das gentes. Não comprometem nem subjugam soberanias, mas, pelo contrário, exaltam-nas e fortalecem-nas, em consequência mesmo da Comunidade, desde sua formação. (Palmas.)

Trata-se de fato político de expressão singular na História contemporânea, de fusões regionais ou estruturas supranacionais.

A Comunidade luso-brasileira distingue-se. Queremo-la, para concepção de um só espaço econômico, no livre ingresso de trabalhadores e para implantação de empresas, o Brasil dando a Portugal o seu mercado interno consumidor completado pelo da ALALC, e Portugal ofertando ao Brasil, nas limitações das Convenções e das suas conveniências, sua capacidade de absorção, ampliada por suas conexões seja com a EFTA seja com o Mercado Comum Europeu. A Comunidade luso-brasileira, queremo-la, e já a implantamos, como um só espaço político, portugueses tidos por brasileiros e a eles equiparados, no ato de maior grandeza como expressão de fraternidade em todo o cenário político internacional contemporâneo, que tanto representa o artigo 199 da nossa Constituição, logo seguida pela emenda constitucional portuguesa. A Comunidade luso-brasileira, queremo-la, não para a efetiva soma das duas forças, mas para a fraternidade perpétua entre elas e destinadas a obra da paz, que é a vocação de ambas as nacionalidades. (Palmas.)

Assim definida no campo econômico e político e assentada nos princípios basilares de toda a história americana, que são a autodeterminação e o respeito à igualdade jurídica dos Estados, sem dúvida que a Comunidade luso-brasileira deve conter a idéia da unidade na separação.

Mas será sem dúvida o nosso amor impaciente que nos faz pedir, ainda mais, aos fatos. Tem-nos faltado usar, com mais garra, todo o instrumental moderno dos "consórcios de empresas", das "sociedades multinacionais", da "análise macroeconômica" para o exame da complementariedade das duas economias nacionais e para a busca de soluções e exploração de suas possibilidades.

Devenimos ter imaginação e coragem, pondo-as à altura da gigantesca possibilidade que significa para ambos os Estados a soma dos espaços econômicos português e brasileiro, acrescida das viabilidades dos mercados da União Sul-Africana e da Rodésia.

A perspectiva global pede aos contemporâneos luso-brasileiros por igual ao que tiveram seus antepassados. Para eles os espaços, a dimensão do mundo, foi a medida do desafio a que atenderam. A nós, igual tarefa; e de nós, iguais esperanças.

Devenimos sentir-nos confusos, e confessar que algo está errado no entanto, ante as reais proporções de nossas trocas econômicas, as quais foram definidas pelo nosso brilhante Chancellor Mário Gibson Barboza como sendo de níveis marginais, cabendo o intercâmbio na casa apoucada de apenas 10 milhões de dólares.

Algo de decisivo, corajoso e criador, a História espera de nós, os da elite dirigente contemporânea, integrantes das classes política, administrativa, empresarial, tecnológica e cultural, numa chamada geral ao dever, que nossos antepassados e a nossa História apontam.

A V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente da República Portuguesa, Almirante Américo Thomaz, coube o privilégio conspirado com felicidade e justiça pela História, de trazer para o Brasil os despojos de Pedro IV de Portugal, aquele que entrou na história da nossa monarquia sob o nome de Pedro I, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil. (Palmas.)

Poucos heróis brasileiros, Ex.<sup>a</sup>, têm estatura política e grandeza humana que com a dele se ombreie, seja no julgamento da História, seja no amor do povo e no da posteridade. A todos neste momento, parece-nos que o próprio solo brasileiro se engrandece, quando recebe o corpo de D. Pedro I, aquele que nos deu a soberania, aquele que nos fez povo independente, aquele que, no torvelinho guerreiro e sangrento do nascimento das nacionalidades americanas, pôde fazer surgir a nossa, e de forma quase incruenta. E, muito mais: aquele que, graças ao imensurável prestígio da sua realeza, logrou, impondo ao País o seu Poder Central, que com ele nascia, preservar a integridade da América Portuguesa. Ele, D. Pedro I, o autor do milagre da integridade do solo brasileiro, ao lado de poucos outros heróis, entre os quais avulta Caxias, o Pacificador, o Condestável do Império.

Das mãos de V. Ex.<sup>a</sup>, o Presidente Emílio Garrastazu Médici recebeu os despojos de D. Pedro I, ainda recobertos com a Bandeira Portuguesa. E então, emocionado, recobriu-os com a Bandeira Brasileira. Consumou-se um dos mais altos momentos da amizade dos dois Povos e do entendimento dos dois Estados, representados cada um deles por um dos mais dignos da galeria de seus Chefes de Estado.

Honrado com a designação do Presidente da Casa para, em nome do Senado Federal, pronunciar estas palavras de saudação, pretendo resumir o que sentimos, todos os brasileiros e portugueses aqui domiciliados. E proclamo desta tribuna: Sr. Presidente, quando V. Ex.<sup>a</sup> desembarcou em nosso solo, trazendo-nos D. Pedro I, a Nação brasileira, desde logo, pressentiu que a visita de V. Ex.<sup>a</sup> haveria de ingressar na História como sendo a própria presença de Portugal no Brasil, para seu destino comum. (Palmas prolongadas.)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Para falar em nome da Câmara dos Deputados, concedo a palavra ao nobre Deputado Tancredo Neves. (Palmas.)

**O SR. TANCREDO NEVES** — (Lê o seguinte discurso.) Exmo. Sr. Senador Petrônio Portella, preclaro Presidente do Congresso Nacional, Exmo. Sr. Deputado Pereira Lopes, eminente Presidente da Câmara dos Deputados, Exmos. Srs. Senadores, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Ministros de Estado, minhas Senhoras, meus Senhores, saúdo V. Ex.<sup>a</sup>, Exmo. Sr. Presidente Américo Deus Rodrigues Thomaz, em nome da Câmara dos Deputados do Brasil. Parlamentar do Partido da Oposição falo, nesta solenidade, em nome de todos os meus ilustres Pares, circunstância que assinalo, muito pela honra que me confere, mas principalmente para evidenciar que o sentimento de afeto e admiração tributado à Pátria Lusitana é, entre nós, tão comum e dominante, que transpõe barreiras e unifica os brasileiros, na fervorosa devoção pelo abençoado torrão de nossas origens — este nunca assaz louvado Portugal. (Palmas.)

A sua presença em terras brasileiras, neste instante de vibração nacional, nestas plagas americanas, que o português tenazmente descobriu para aqui ampliar-se através da língua e do gênio, enche-nos de júbilo, porque nos proporciona o ensejo de testemunhar outra vez à nobre gente lusiada, o que em estima e cultura, a sua Pátria significa para nós.

Dela recebemos a Fé que nos ilumina, nela se plasmou o nosso lar imenso, generoso e indestrutível, em cujo linguajar vibram sonoridades de beleza sem par, por ela nos constituímos nessa raça rija, jovem e idealista, intrépida no infortúnio, displicente nos triunfos, que traz no sangue, como nenhuma outra, o sentido da bondade e a vocação da humanidade e daí a sua aversão definitiva ao ódio e à violência, tornando-se uma poderosa força de amor, tolerância e compreensão a serviço dos mais nobres e alcandorados ideais humanos. (Palmas.)

O estilo parlamentar, sóbrio e tão preso à ética, revestindo-se ao mais das vezes da algidez dos documentos diplomáticos, limita o orador e o contém no âmbito cerimonioso dos pronunciamentos protocolares.

Mas ao falar agora a V. Ex.<sup>a</sup>, na gala imperecível deste momento, em mim se agitam e se agigantam as energias homogêneas e telúricas que nos acompanharam nos anos de nossa formação: o estoicismo, a bravura, a impetuosidade e o senso, nestas expressões de calor, na síntese admirável e eterna de nossa brasiliidade convergente. Tantos e permanentes laços nos têm unido, nestes períodos de

ampla e íntima convivência, que não seria fácil indicar a linda que separa Portugal do Brasil, porque acima das convenções se estabelece, em via ascensional, a afinidade de dois destinos, a comporem, paralelamente, uma só alma, na essência de nossas aspirações. (Palmas.)

A sua estirpe é a da raça valorosa que não se conformou com o determinismo geodinástico, que a confinava no exíguo pedaço de chão, entre a Espanha e o mar, dentro dos acanhados limites do século XII, quando se instituiu, orgulhosamente, em unidade independente, com feição individual, após o triunfo de Ourique.

Ali, então, apenas se lançava a semente do grande reino que se edificava, e se a Espanha o tolhia, no mar haveria de se ampliar, como quem estivesse erguendo mundos para a posteridade.

Portugal não se intimidou com os oceanos desconhecidos e feros com as suas velas enfunadas, abertas ao sopro da aventura perigosa, afinal os subjugaria.

A tormenta e o dano, longe de trazerem o desânimo, incutiam mais força e destemor nos mareantes da epopeia, balançando-se sobre o abismo, dentro da fragilidade das caravelas.

O século XV não arredondara seus quatro primeiros lustros e o Grande Mar já era português, desde o momento em que à vista de Porto Santo se amainaram, na primeira vitória, as naus errantes de Perestrelo.

Em um século, os triunfos se acumulando de conquista em conquista, "a brava gente" unia os oceanos.

E assim se escreveu, com sangue e coragem, a página mais bela da história do mar.

Fernando Pessoa, em versos incomparáveis, no-la evoca:

"Ó mar salgado, quanto do teu sal  
São lágrimas de Portugal!"

Por te cruzarmos, quantas mães  
(choraram,

Quantos filhos em vão rezaram!

Quantas noivas ficaram por casar  
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.

Quem quere passar além do Bojador

Tem que passar além da dor.  
Deus ao mar o perigo e o abysmo  
ideu,  
mas nelle é que espelhou o céu".

Não há, em verdade, quem não se sensibilize ao constatar como o pequeno reino, com apenas algumas centenas de milhares de almas, pôde fundar impérios de milhões de seres humanos.

A intimidade com os mares já dominados induzia os portugueses, com o seu espírito de aventura, que a Fé santificava, a moldarem a geografia do futuro.

O Brasil achava-se na sua rota. Descobri-lo, foi empresa de suprema ousadia, mas fatalidade inexorável. E aqui chegaram para plantar, como efetivamente plantaram, uma impONENTE civilização, em que as religiões convivem e se respeitam, as raças se confraternizam, os preconceitos não medram, o dinheiro não domina, sem discriminações de qualquer natureza, por que nela só se reconhece e proclama um tipo de hierarquia: a da virtude, da inteligência e do trabalho. (Palmas.)

A descoberta assombra pelo arrojo e a coragem dos navegantes que a empreenderam, mas é na conquista e no povoamento do solo pâtrio, que os nossos maiores revelaram, em todo o seu vigor, a alta potencialidade do seu gênio político.

Ainda hoje os sociólogos do mundo inteiro, entre incrédulos e perplexos, se indagam como foi possível construir, sob os trópicos, tão pujante afirmação do poder criador dos homens.

É que a Fé e a tenacidade dos luso-brasileiros realizaram, a cada dia, surpreendentes milagres, que desmentem as profecias da falsa ciência e destroem a visão pessimista de soturnos futurólogos.

O mundo dos séculos XVI e XVII caracterizou-se pelo impeto desenfreado das conquistas avassaladoras.

A vastidão de nosso litoral, escapano à vigilância precária dos capitães-mores da costa, atraia as soberanias inconformadas e aqui bateram franceses, ingleses e holandeses.

A defesa da nacionalidade incipiente contra a voraz cobiça dos invasores, amalgamou no sofrimento, na luta, no sangue e na morte a nossa consciência de Pátria. Portugueses e brasileiros: brancos, pretos e indios — se irmanaram nos mesmos ideais, no batismo de sangue da nação que emergia.

A voz potente de Vieira, interpretando as nossas angústias, inquietações e desesperos, repercutiu aquém e além-mar, na pregação do primeiro evangelho cívico da comunidade luso-brasileira.

Os invasores foram expulsos e preservada para sempre a unidade de nossa formação nacional.

Portugal, porém, não se contentou em manter o que lhe reservava o Tratado de Tordesilhas e foi incentivando as entradas, apoiando as Bandeiras do sonho e da audácia no rumo ao Oeste, numa exata e impressionante antevisão do futuro.

Um sentimento profundo amarrava as terras distantes, que a ansiedade indomável do Bandeirante desbravaava, ao empurrar para o sopé dos Andes as linhas do Tratado de 1494, promovendo assim a nossa consolidação territorial, perpétua e indissolúvel.

Coube a um brasileiro, Alexandre de Gusmão, a quem Portugal acolheu ensejando-lhe todos os títulos e posições, em rasgo genial de diplomacia, acertar com a Espanha os limites já fixados pelas andanças vitoriosas das Bandeiras e o Tratado de Madrid, explicitando o que já existia subjacentemente em nossa Pátria, criou juridicamente a geografia do Brasil, satisfazendo as aspirações dos povos impacientes da nossa terra.

O século XIX, abalado pelos ideais da Revolução Francesa, agitado pelas guerras napoleónicas, amanheceu para a nossa emancipação.

Sonho de Tiradentes, que transformou o seu patíbulo infamante no altar eterno de todas as redenções nacionais. (Palmas), consequência da obra ciclopica de Dom João VI, tão injustiçado, quanto grande benemérito do Brasil, (Palmas), esforço tenaz, clarividente e prodigioso de José Bonifácio, a nossa Independência haveria de encontrar em Pedro I o seu executor, resoluto e corajoso, na plenitude de sua consciência iluminada de brasiliade. (Palmas.)

A separação se impunha. O importante, porém, é que ela tenha sido feita sem quebra da vinculação à dinastia tradicional.

Separamo-nos, mas não nos desunimos. Tanto assim que a Portugal nos honramos de haver dado uma rainha-brasileira, Maria da Glória, e nos orgulhamos de ver o nosso Pedro I, projetado diretamente na sua história, como Pedro IV.

Dos dois qual o maior — Pedro I ou Pedro IV?

Ambos se igualam em bravura, patriotismo e na fidelidade aos sentimentos luso-brasileiros.

Aqui chega V. Ex.<sup>a</sup> — Presidente Américo. Deus Rodrigues Thomaz — trazendo para o culto permanente de nossa devocão cívica os despojos de nosso primeiro Imperador — Pedro I — que é para nós um símbolo, o selo que uniu corações e terras da comunidade luso-brasileira.

Miragem de alguns impenitentes visionários, figura de retórica de can-

sativos discursos, a nossa comunidade, mercê de Deus, vai se decantando no curso do tempo e assumindo os contornos claros e inequivocos de uma realidade viva, majestosa e pitante. Nossas duas pátrias estão hoje mais unidas do que nunca. A mesma Crença e a mesma alma, a mesma língua, o mesmo patrimônio histórico-cultural, os mesmos ideais e agora os mesmos direitos. Somos cidadãos de duas pátrias, caso único na história dos povos (Palmas.)

Esta Casa recebe V. Ex.<sup>a</sup> com toda a vibração de sua alegria e se honra em recebê-lo.

Militar e estadista, profundo conhecedor dos problemas do seu país e dos problemas cada vez mais complexos de nossa atormentada época, situa-se V. Ex.<sup>a</sup> na galeria dos grandes líderes do mundo contemporâneo (Palmas.)

A sua passagem pela Presidência da Junta Nacional da Marinha Mercante, no período árduo da guerra, entre 1940 e 1944, e a sua notável gestão no Ministério da Marinha já mostravam o administrador esclarecido e dinâmico, mas sobretudo o homem de Estado superiormente dotado para as tarefas penosas, difíceis e delicadas da Chefia do Estado Português.

Alçado às culminâncias deste alto posto, não há quem não veja em V. Ex.<sup>a</sup>, cercado do respeito e da amizade do seu povo, o timoneiro arguto, energico e prudente, cuja e luminosa visão se perde nos horizontes imensos de sua Pátria, que abrangem todos os mares e continentes, no intrincado contexto de incógnitas, que é o angustiante mundo atómico em que vivemos.

Este momento viverá fulgurante nos nossos fastos, como um dos seus instantes maiores, porque, vendo-o, como nós o vemos, sentimos diante de nossos olhos a terra de Portugal, na eternidade de sua história, na grandeza do seu destino e na constância dos seus sentimentos (Palmas prolongadas.)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Com a palavra o nobre Presidente da República Portuguesa, Sua Excelência o Almirante Américo Thomaz (Palmas prolongadas.)

**O SR. AMÉRICO THOMAZ — (Lê.)** Sr. Presidente do Congresso Nacional, portugueses e brasileiros, brasileiros e portugueses, são todos o mesmo povo. (Palmas.)

Efusivamente agradeço a honra insigne que representa ser recebido no vosso Congresso Nacional e homenageado, tão distintamente, pelos representantes do Povo brasileiro. As saudações que me foram dirigidas e

a Portugal pelos eminentes oradores que escutei, tocaram profundamente o coração do português que eu sou, e o sentimento, a amizade e o brilhantismo de que se revestiram, encantaram-me de tal maneira, que só encontro no "muito obrigado" da minha terra a expressão mais adequada para traduzir o meu infinito reconhecimento.

No uso da palavra perante as duas Câmaras do Legislativo da Nação irmã, invoco com respeito e admiração as nobres tradições que se envolvem, exalto a importância das suas funções na vida política brasileira e presto homenagem às qualidades morais e intelectuais dos seus membros. Malgrado as características particulares que a evolução independente das instituições políticas de cada uma das Nações lhes determinou, as Assembleias Legislativas brasileiras e portuguesas têm como traços comuns a devoção ao interesse geral do respetivo país, a preocupação desvelada pelos interesses do povo que representam e um idêntico respeito pelos princípios fundamentais da moral e do direito, que constituem patrimônio dos nossos dois povos herdeiros de uma mesma cultura e de uma comum civilização.

Mais ainda aproximam os Parlamentos de Portugal e do Brasil o interesse com que ambos acompanham o estreitamento das relações entre as duas nações irmãs e o papel impulsor e ativo que desempenham na construção do edifício da Comunidade Luso-Brasileira, mormente através da aprovação dos seus instrumentos jurídicos fundamentais.

Têm certamente evoluído em todo o mundo os atributos e as funções do Poder Legislativo. As doutrinas políticas sucedem-se umas as outras, modificam-se e completam-se, e as instituições vão sofrendo a influência das circunstâncias do momento histórico em que se situam, dos anseios de cada povo, das suas características próprias e das necessidades do seu progresso. A ciência política tem refletido esta adaptação permanente à evolução da vida social e aos condicionalismos modernos do poder.

Atravessamos uma época em que as construções políticas e as ideologias do passado sofreram o rude embate das modernas realidades da vida económica e social e dos prementes problemas que se põem à consideração dos Governos e das Administrações. Os anseios generalizados de crescimento económico e de progresso social criaram imperativos de eficiência e de continuidade governativas e administrativas, que as Câmaras legislativas tem sabido partilhar, adaptando-se às novas realidades e, dentro delas, prestando a vida política dos Estados modernos inestimável contribuição.

O Brasil de hoje tem a felicidade de registrar um fase áurea de desenvolvimento. Verdadeira Nação-Continente, tornou-se já grande entre os maiores países, e o seu progresso já ultrapassou fronteiras. É na verdade espetacular o ritmo do progresso do Brasil dos nossos dias e manifesta-se esplendorosamente em todos os setores de atividade.

E com que satisfação, nesta fascinante cidade do planalto, dou testemunho de homenagem à grandeza atual do Brasil e às promissoras perspectivas do seu futuro.

Nada do que se passa no Brasil pode ser indiferente aos portugueses, desde o crescimento das suas modernas indústrias ao lançamento empreendedor das novas e pioneiros rodovias transamazónicas.

Sei também do interesse com que os membros destas Câmaras acompanham e vivem as realidades portuguesas. Tem sido particularmente grato ao Chefe do Estado português tomar conhecimento das freqüentes declarações em que ilustres Deputados e Senadores brasileiros exaltam a amizade entre os dois países, acompanham os progressos da vida portuguesa, sofrendo, por vezes, com as injustiças de que somos vítimas e os ataques de que somos alvo e exultando com as nossas vitórias. Que exemplo mais significativo deste amoroso interesse do que os eloquentes e vibrantes discursos proferidos a propósito da histórica Convenção sobre a Igualdade de Direitos entre Portugueses e Brasileiros! (Palmas.)

Por estes motivos, creio que não será descabido que o Chefe do Estado português fale hoje aqui também sobre o Portugal do presente e do futuro.

Portugal é uma Nação velha de muitos séculos. Ao longo da sua história tem atravessado crises sérias e enfrentado graves ameaças à sua existência como país independente. Mas sempre o povo português encontrou estímulo e coragem para vencer obstáculos, repelir agressões e prosseguir com redobrado vigor a sua obra criadora de civilização.

Um sopro renovador agita hoje a grei portuguesa e alenta e estimula o enorme esforço de construção do futuro em que o nosso povo está impenhado. Posso sintetizar esse esforço através da indicação das grandes tarefas que, na hora atual, integram um mandato indeclinável do Governo português, ratificado em votação esmagadora nas últimas eleições legislativas. São elas a continuação da defesa firme e inabalável de todos os nossos territórios e populações contra os ataques que continuamos a sofrer, a evolução equilibrada das nossas instituições, a melhoria do nível cultural,

educativo e económico do país, em todas as suas parcelas constituintes, em suma, o desenvolvimento harmônico de toda a Nação. (Palmas.)

O panorama económico e social do meu país está-se transformando rapidamente mercê de um acelerado ritmo de industrialização que modificou as estruturas tradicionais da produção e que prepara a nossa economia para uma maior integração nos mercados do continente europeu. Conhecer bem os brasileiros alguns grandes empreendimentos realizados no Portugal Europeu nos últimos anos. Outros estão neste momento em curso de execução ou em planejamento. Lembrarei apenas um, entre vários; o grande projeto de desenvolvimento integrado na área de Sines, que modificará toda uma região da metrópole portuguesa.

Estes novos rumos da economia portuguesa não são indiferentes aos brasileiros, cuja participação em projetos ligados ao crescimento económico português em esquemas empresariais e comerciais luso-brasileiros cada vez suscita maior interesse no Brasil e é desejada e será acarinhada em Portugal.

Mas a par da expansão das estruturas produtivas, estamos construindo afanosamente o Estado Social, meta da realização do bem-estar e do desenvolvimento integral da Nação. A nossa política social baseia-se na participação efetiva e consciente de todas as camadas da população no esforço coletivo da produção, na partilha equitativa dos seus frutos e no funcionamento autêntico das instituições da vida social e do trabalho. Assim se revitalizaram recentemente as instituições corporativas, sindicais, patronais e conjuntas, aperfeiçoou-se e modernizou-se a legislação do trabalho, completaram-se, aumentaram-se e estenderam-se os benefícios da previdência social.

Em matéria de educação é enorme o esforço presentemente em curso. Parcela crescente e significativa dos nossos recursos orçamentais é dedicada a este setor e as bases da mais arrojada reforma de educação alguma vez realizada em Portugal foram recentemente lançadas.

Mas estas sendas de progresso estamos a percorrer-las em todo o espaço da Nação portuguesa, nas províncias da Europa como nas do Ultramar.

Nas nossas províncias africanas, portuguesas por virtude dos nossos descobrimentos e povoamento desde há cinco séculos e por vontade das respectivas populações, travamos uma luta armada contra o imperialismo agressivo, cujos planos, totalmente estranhos aos interesses dos povos do continente africano, visam a posse de

valiosas posições estratégicas em vasta manobra que ameaça todo o mundo ocidental. Ninguém consciente das realidades da política mundial tem hoje dúvidas sobre a natureza da agressão que sofremos em África. Muito menos as têm as populações africanas nas nossas províncias da Guiné, de Angola e de Moçambique, vítimas preferidas das ações terroristas dos bandidos armados que as atacam a partir de refúgios seguros em território estrangeiro. Cada vez em maior número aquelas populações colaboram ativamente na defesa da sua Pátria portuguesa.

Vemos com satisfação que muitos brasileiros tomam hoje conhecimento direto destas realidades, em resultado de viagens que os levam ao nosso Ultramar.

Aí também podem observar o extraordinário progresso que se verifica em todos os setores da vida das províncias e que o esforço de defesa não tem impedido nem abrandado. Estamos entre os primeiros do Continente africano no esforço de desenvolvimento econômico, no progresso social, na obra educativa, no combate às doenças.

É motivo de orgulho para os portugueses, e sinto que também o é para os brasileiros, saber que na nossa província de Moçambique estamos erguendo, de harmonia com plano metódico e pontualmente cumprido e em luta afanosa dominadora das forças da natureza e da cega oposição de adversários dementados pelo ódio, a maior barragem de África e uma das maiores do Mundo. Exemplo magnífico das metas e dos propósitos que orientam a nossa política em África, aí se aplicam o engenho, o saber técnico e a capacidade realizadora dos portugueses em vasto plano de valorização de uma área imensa, o qual trará benefícios incalculáveis às po-

pulações africanas e muito também poderá contribuir para o desenvolvimento dos países vizinhos.

As mesmas qualidades e energia dos portugueses já construíram no Portugal Africano magníficos portos e caminhos de ferro, lancaram rodovias de penetração no interior em que o asfalto, progredindo ao ritmo anual de muitas centenas de quilômetros, permite o desenvolvimento cada vez mais disseminado por todos os territórios das produções mineiras, agrícolas e industriais. Modernos institutos de investigação instalados em várias cidades das províncias e eficientes serviços públicos, dotados de ampla autonomia local, orientam e estimulam todas as atividades econômicas. E neste labor construtivo e pacífico é também cada vez maior a participação a todos os níveis das populações africanas. Para tal prossegue sem desfalecimento o esforço de educação e de promoção social. Nos inúmeros estabelecimentos de ensino, de todos os graus e modalidades, são às centenas de milhares alunos das várias etnias que fazem a riqueza e a força de Portugal e as modernas universidades já instaladas em cidades de Angola e Moçambique abrem-lhes, na própria terra onde nasceram, todas as oportunidades e perspectivas.

E tudo isto se passa no quadro de instituições políticas e administrativas renovadas, com novas assembléias legislativas em que será crescente a participação de todos os setores da população através dos seus representantes eleitos, dentro de uma política de unidade nacional conjugada harmoniosamente com uma ampla e crescente autonomia política, administrativa, econômica e financeira dos territórios africanos.

Desejaríamos que mais brasileiros seguissem o exemplo das missões econômicas e de alguns membros do

Congresso que, em úteis visitas de esclarecimento ou de descoberta de oportunidades comerciais e de investimento, estiveram nas nossas grandes e belas cidades africanas da costa do Atlântico e do Índico e percorreram e se deslumbraram com a vastidão e o progresso dos seus territórios.

E não serão só as novas e diretas ligações aéreas que podem aproximar os brasileiros das realidades da África Portuguesa. É a língua comum que ali se fala, o português de Portugal e do Brasil, e a cultura e a alma lusitanas, solidamente e para sempre implantadas, que os acolherão em terra irmã onde sentirão a sua e nossa democracia racial, o maior título de orgulho da nossa ação civilizadora e exemplo magnífico a ser seguido num mundo onde ainda não foram superadas tantas barreiras absurdas entre os homens.

Este Portugal de hoje, em toda a plenitude do seu progresso atual e das potencialidades futuras, é um companheiro seguro e poderoso do Brasil, grande potência de mundo contemporâneo, no caminho de uma verdadeira Comunidade Lusitana cujo futuro grandioso justifica e exige ampla visão e esforço denodado e consciente. Eis um trilho a seguir, com as mesmas arrojadas decisões de nossos maiores e com os mesmos "cristãos atrevimentos", com que descobriram novas estrelas, novos mares e novas terras e alicerçaram um futuro da maior grandeza para os Povos Lusitanos. (Palmas prolongadas.)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Antes de declarar encerrada a presente sessão solene, convidado o Sr. Presidente Américo Thomaz para que se digne inaugurar a Exposição de Documentos sobre o Sesquicentenário de nossa Independência Política.

Está encerrada a sessão.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal  
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção  
LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

## NÚMEROS PUBLICADOS:

|                                | Cr\$     |
|--------------------------------|----------|
| — março, n.º 1 (1964) .....    | 5,00     |
| — junho, n.º 2 (1964) .....    | 5,00     |
| — setembro, n.º 3 (1964) ..... | esgotada |
| — dezembro, n.º 4 (1964) ..... | 5,00     |
| — março, n.º 5 (1965) .....    | 5,00     |
| — junho, n.º 6 (1965) .....    | 5,00     |
| — setembro, n.º 7 (1965) ..... | 5,00     |
| — dezembro, n.º 8 (1965) ..... | esgotada |
| — março, n.º 9 (1966) .....    | "        |
| — junho, n.º 10 (1966) .....   | "        |

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 10 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

|  | Cr\$     |
|--|----------|
| — setembro, n.º 11 (1966) .....              | esgotada |
| — outubro a dezembro, n.º 12 (1966) .....    | "        |
| — janeiro a junho, n.º 13 e 14 (1967) .....  | "        |
| — julho a dezembro, n.º 15 e 16 (1967) ..... | 5,00     |
| — janeiro a março, n.º 17 (1968) .....       | 5,00     |
| — abril a junho, n.º 18 (1968) .....         | 5,00     |
| — julho a setembro, n.º 19 (1968) .....      | 5,00     |
| — outubro a dezembro, n.º 20 (1968) .....    | 5,00     |

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 20 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

ANO VI — N.º 21 — JANEIRO A MARÇO  
DE 1969 — Cr\$ 5,00

## COLABORAÇÃO

O Direito Financeiro na Constituição de 1967  
Ministro Aliomar Batlleiro

O Direito Penal na Constituição de 1967  
Professor Luiz Vicente Cernicchiaro

Abuso de Poder das Comissões Parlamentares de Inquérito  
Professor Roberto Rosas

O Tribunal de Contas e as Deliberações sobre Julgamento  
da Legalidade das Concessões  
Doutor Sebastião B. Affonso

Controle Financeiro das Autarquias e Empresas Públicas  
Doutor Heitor Luz Filho

## DOCUMENTAÇÃO

Suplência  
Norma Izabel Ribeiro Martins

PESQUISA  
O Parlamentarismo na República  
Sara Ramos de Figueiredo

ANO VI — N.º 22 — ABRIL A JUNHO  
DE 1969 — Cr\$ 5,00

## COLABORAÇÃO

O Direito Processual na Constituição de 1967  
Professor Francisco Manoel Xavier de Albuquerque

Tratamento Jurídico das Revoluções  
Doutor Clóvis Ramalhete

O Negócio Jurídico Intitulado "Fica" e seus Problemas  
Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

Dos Recursos em Ações Acidentárias

Doutor Paulo Guimarães de Almeida

## PROCESSO LEGISLATIVO

Vetos — Legislação do Distrito Federal  
Jesse de Azevedo Barquero e Santino Mendes dos Santos

## DOCUMENTAÇÃO

Regulamentação das Profissões — Técnico de Administração  
e Economista

## PESQUISA

Capitais Estrangeiros no Brasil

Ivo Sequeira Batista

ANO VI — N.º 23 — JULHO A SETEMBRO  
DE 1969 — Cr\$ 5,00

## COLABORAÇÃO

Da Função da Lei na Vida dos Entes Paraestatais  
Deputado Rubem Nogueira

Do Processo das Ações Sumárias Trabalhistas  
Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

Aspectos do Controle da Constitucionalidade das Leis  
Professor Roberto Rosas

Disponibilidade Gráfico-Editorial da Imprensa Especializada  
Professor Roberto Atila Amaral Vieira

## DOCUMENTAÇÃO

A Presidência do Congresso Nacional — Incompatibilidades  
Sara Ramos de Figueiredo

## A Profissão de Jornalista

Fernando Giuberti Nogueira

ANO VI — N.º 24 — OUTUBRO A DEZEMBRO  
DE 1969 — Cr\$ 10,00

## COLABORAÇÃO

Inconstitucionalidade de Decretos-leis sobre Inelegibilidades  
Senador Josaphat Marinho

Aspectos do Poder Judiciário Americano e Brasileiro  
Professor Paulino Jacques

## Mandatum in Rem Suam

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

## Aspectos dos Tribunais de Contas

Professor Roberto Rosas

## CÓDIGOS

### CÓDIGO PENAL

#### 1.ª parte:

I — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria

II — Exposição de Motivos do Ministro Francisco

Campos (Código Penal de 1940)

III — Exposição de Motivos do Ministro Gama e

Silva (Código Penal de 1969)

### CÓDIGO PENAL

#### 2.ª parte: Quadro Comparativo

Decreto-lei n.º 1.004/69 e Decreto-lei n.º 2.848/40, com  
legislação correlata

Leyla Castello Branco Rangel

ANO VII — N.º 25 — JANEIRO A MARÇO  
DE 1970 — Cr\$ 10,00

## HOMENAGEM

Senador Aloysio de Carvalho Filho

## COLABORAÇÃO

## Evolução Histórica e Perspectivas Atuais do Estado

Professor Wilson Accioli de Vasconcellos

## A Suprema Corte dos Estados Unidos da América

Professor Geraldo Ataliba

## A Eterna Presença de Rui na Vida Jurídica Brasileira

Professor Otto Gil

## X Congresso Internacional de Direito Penal

Professora Armida Bergamini Miotto

## A Sentença Normativa e sua Classificação

Professor Paulo Emílio Ribeiro Vilhena

## PROCESSO LEGISLATIVO

## DECRETOS-LEIS

Jesse de Azevedo Barquero

## DOCUMENTAÇÃO

## Advocacia — Excertos Legislativos

Adolfo Eric de Toledo

## CÓDIGOS

## Código de Direito do Autor

Rogério Costa Rodrigues

## ANO VII — N.º 26 — ABRIL A JUNHO DE 1970 — Cr\$ 10,00

## COLABORAÇÃO

## Inconstitucionalidade do Decreto-lei sobre Censura Prévia

Senador Josaphat Marinho

## Sociologia das Regiões Subdesenvolvidas

Professor Pinto Ferreira

## Poder de Iniciativa das Leis

Professor Roberto Rosas

## O Sistema Representativo

Professor Paulo Bonavides

## CÓDIGOS

## CÓDIGO PENAL MILITAR

1.ª parte:

I — Anteprojeto de Código Penal Militar  
Autor: Ivo d'AquinoII — Exposição de Motivos  
Ministro Gama e Silva

2.ª parte:

Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-69;  
Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-44  
Ana Valderez Ayres Neves de Alencar

## CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR

## LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

## JUSTIÇA MILITAR E SEGURANÇA NACIONAL

## EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO

ANO VII — N.º 27 — JULHO A SETEMBRO  
DE 1970 — Cr\$ 10,00

## APRESENTAÇÃO

Simpósio de Conferências e Debates sobre o Novo Código  
Penal e o Novo Código Penal Militar

## Punição da Pirataria Marítima e Aérea

Professor Haroldo Valladão

## Visão Panorâmica do Novo Código Penal

Professor Benjamin de Moraes

## A Menoridade e o Novo Código Penal

Professor Allyrio Cavallieri

## Inovações da Parte Geral do Novo Código Penal

Professor Rafael Cirigliano Filho

## Desporto e Direito Penal

Jurista Francisco de Assis Serrano Neves

## Dependência (Toxicomania) e o Novo Código Penal

Professor Oswaldo Moraes de Andrade

## O Novo Código Penal Militar

Professor Ivo d'Aquino

## Aspectos Criminológicos do Novo Código Penal

Professor Virgílio Luiz Donnici

## A Medicina Legal e o Novo Código Penal

Professor Olímpio Pereira da Silva

## Direito Penal do Trabalho

Professor Evaristo de Moraes Filho

## O Novo Código Penal e a Execução da Pena

Doutor Nerval Cardoso

## Direito Penal Financeiro

Professor Sérgio do Rego Macedo

## Os Crimes contra a Propriedade Industrial no Novo Código Penal

Professor Carlos Henrique de Carvalho Froes

## A Civilização Ocidental e o Novo Código Penal Brasileiro

Jurista Alcino Pinto Falcão

## ANO VII — N.º 28 — OUTUBRO A DEZEMBRO

DE 1970 — Cr\$ 10,00

## ÍNDICE

## COLABORAÇÃO

## A Administração Indireta no Estado Brasileiro

Professor Paulino Jacques

## O Papel dos Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Nacional

Professor José Luiz Anhaia Mello

## O Imposto Único sobre Minerais e a Reforma Constitucional de 1969

Doutor Amâncio José de Souza Netto

## Problemas Jurídicos da Poluição do Som

Desembargador Gervásio Leite

## O Direito Penitenciário — Importância e Necessidade do seu Estudo

Professora Armida Bergamini Miotto

## Regime Jurídico dos Militares do Distrito Federal

Doutor José Guilherme Villela

## O Direito não É; Está Sendo

Doutor R. A. Amaral Vieira

## PROCESSO LEGISLATIVO

## Algumas Inovações da Emenda Constitucional n.º 1/69

Diretoria de Informação Legislativa

## PESQUISA

## Júri — A Soberania dos Veredictos

Ana Valderez Ayres Neves de Alencar

## ARQUIVO HISTÓRICO

## Documentos sobre o Índio Brasileiro (1500—1822) — 1.ª parte

Leda Maria Cardoso Naud

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação

Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190

ZC-02 — Rio de Janeiro—GB (atende também pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: N°

Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco A, Loja 11 — Em São Paulo:

Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

## REFORMA ADMINISTRATIVA

(Redação Atualizada)

Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhes deram a Lei n.º 5.396, de 26-2-68 (DO de 29-2-68), e os Decretos-Leis n.os 900, de 29-9-69 (DO de 30-9-69), 991, de 21-10-69 (DO de 21-10-693, e 1.093, de 17-3-70 (DO de 18-3-70).

**Índice Alfabético (Por Assunto) — Legislação Correlata**

Edição organizada, revisada e impressa pelo  
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Preço: Cr\$ 5,00

## Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-69)

### FORMATO DE BOLSO

|         |                               |           |
|---------|-------------------------------|-----------|
| PREÇOS: | EM BROCHURA .....             | Cr\$ 2,00 |
|         | ENCADERNADA EM PLÁSTICO ..... | Cr\$ 3,50 |
|         | ENCADERNADA EM PELECA .....   | Cr\$ 7,00 |

Todos os pedidos desta publicação devem ser encaminhados à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - GB ou SQS 104 - Bl. A - Lj. 11 - Brasília - DF

## JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os acórdãos, leis federais, estaduais e municipais, decretos, decretos-leis, portarias, resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

#### CONTENDO AS 51 SÚMULAS OFICIAIS

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.os 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado)

**PREÇO: CR 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO AS 79 NOVAS SÚMULAS. — JÁ PUBLICADOS ATÉ O MOMENTO: 29 VOLUMES**

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF  
Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

# NOVO CÓDIGO PENAL

A Revista de Informação Legislativa, do Senado Federal, divulga em seu número 24 uma seção destinada ao novo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

**1.ª Parte — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria**

- Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940)
- Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969)

**2.ª Parte — Quadro Comparativo — Decreto-Lei n.º 1.004, de 21-10-69, Decreto-Lei n.º 2.848, de 7-12-40, e Legislação Correlata**

Preço: Cr\$ 10,00

NOVO CÓDIGO PENAL MILITAR  
E  
NOVO CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MILITAR

A Revista de Informação Legislativa, editada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, no seu n.º 26 publica as seguintes matérias:

**COLABORAÇÃO**

— "Inconstitucionalidade do Decreto-lei sobre Censura Prévua" (Senador Josaphat Marinho) — "Sociologia das Regiões Subdesenvolvidas" (Professor Pinto Ferreira) — "Poder de Iniciativa das Leis" (Professor Roberto Rosas) — "O Sistema Representativo" (Professor Paulo Bonavides).

**CÓDIGOS**

— "Código Penal Militar" — 1.ª Parte: I — Anteprojeto de Código Penal Militar (autor: Ivo d'Aquino); II — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva — 2.ª Parte: Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-69; Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-44 (Ana Valderez Ayres Neves de Alencar) — "Código de Processo Penal Militar" — "Lei de Organização Judiciária Militar" — "Justiça Militar e Segurança Nacional" — Ementário de Legislação.

**PUBLICAÇÕES**

— Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa.

Os pedidos devem ser endereçados à Fndação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro — GB (atende também pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: No Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco A, Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

# O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

## HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

### COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Parecer (DCN — 3-9-1970, pág. 530)

### DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide Índice de oradores)

### DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

### EMENDAS

(DCN — 2-9-1970, pág. 477)

- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

### MENSAGEM N.º 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

### PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

### PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

— Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

### SANÇÃO

— Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

### SUBSTITUTIVO DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 558)

— Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### VOTOS, DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-9-70, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA DE  
INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

## ALTERAÇÕES À SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### ÍNDICE GERAL: Apresentação — Composição do Tribunal

- Processos da competência do S.T.F. (Portaria nº 87)
- Índice alfabético e remissivo — Súmulas alteradas (nºs 2 — 11 — 71 — 73 — 74 — 118 — 146 — 152 — 211 — 240 — 274 — 345 — 358 — 370 — 416 — 427 — e 435) — Aplicação das Súmulas nºs 473 a 551.

Volume com 324 páginas, organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins.

Preço Cr\$ 25,00

## REGIMENTO INTERNO E TABELA DE CUSTAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM ÍNDICE E LEGISLAÇÃO CITADA

Volume com 104 páginas — Preço: Cr\$ 5,00

Faça sua assinatura do

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

### PREÇOS DAS ASSINATURAS:

#### Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 20,00  
Ano ..... Cr\$ 40,00

#### Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 40,00  
Ano ..... Cr\$ 80,00

**Serviço Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.503**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20**